



COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR OS ATAQUES CIBERNÉTICOS QUE ATENTAM CONTRA A DEMOCRACIA E O DEBATE PÚBLICO; A UTILIZAÇÃO DE PERFIS FALSOS PARA INFLUENCIAR OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES 2018; A PRÁTICA DE CYBERBULLYING SOBRE OS USUÁRIOS MAIS VULNERÁVEIS DA REDE DE COMPUTADORES, BEM COMO SOBRE AGENTES PÚBLICOS; E O ALICIAMENTO E ORIENTAÇÃO DE CRIANÇAS PARA O COMETIMENTO DE CRIMES DE ÓDIO E SUICÍDIO (CPMI DAS FAKE NEWS)

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2020
(Do Sr. Marcelo Freixo e do Sr. Túlio Gadelha)

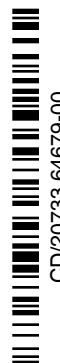
Requer que seja submetido à deliberação do plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. Sérgio Fernando Moro, para prestar depoimento.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional, que seja submetido à deliberação do plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. Sérgio Fernando Moro, para prestar depoimento, como testemunha.

JUSTIFICATIVA

O Presidente Jair Bolsonaro exonerou de seu cargo o Diretor-Geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. Segundo informações da imprensa, o incômodo de Bolsonaro viria do trabalho que estava sendo realizado pela Polícia Federal diante dos inquéritos que apuram um “*suposto esquema de*





*fake news para atacar autoridades, entre elas, alguns de seus adversários políticos, e as manifestações pró-golpe militar promovidas por grupos bolsonaristas*¹ no último dia 19 de abril.

Ainda em novembro de 2018, ao convidar o Sr. Sérgio Moro para ocupar o posto de Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Bolsonaro prometeu “*liberdade total*”² e que não iria intervir no trabalho do ministro, dando “*carta branca*” a ele. Segundo o Ministro Sérgio Moro, tal compromisso não foi seguido.

Na mesma manhã em que Valeixo foi exonerado, o Ministro Sérgio Moro, em coletiva de imprensa, anunciou que irá pedir demissão do seu cargo. O motivo da demissão envolve o que chamou de interferência e politização, por parte do Presidente da República, no Ministério da Justiça e da Segurança Pública e na Polícia Federal:

“Presidente me disse mais de uma vez que ele queria ter uma pessoa do contato pessoal dele, que ele pudesse ligar, colher relatórios de inteligência. Realmente não é o papel da Polícia Federal prestar esse tipo de informação. As investigações têm que ser preservadas. Imaginem se durante a própria Lava Jato, o ministro, um diretor-geral, presidente, a então presidente Dilma, ficassem ligando para o superintendente em Curitiba para colher informações sobre as investigações em andamento. A autonomia da Polícia Federal como um respeito à autonomia da aplicação da lei, seja a quem for isso, é um valor fundamental que temos que preservar no estado de direito”.

Segundo Moro, ele teria falado ao presidente que a exoneração de Valeixo poderia ser vista como uma “*interferência política*” e que Bolsonaro teria respondido afirmando que “*seria mesmo*”³. Moro também relatou que a tentativa de troca de Valeixo vem ocorrendo desde meados de 2019 e que não teria assinado a exoneração publicada no Diário Oficial de hoje.

¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-exonera-diretor-geral-da-pf-em-meio-a-negociacoes-para-permanencia-de-moro.shtml?origin=folha>

² Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/01/bolsonaro-diz-que-moro-pediuliberdade-total-e-que-nao-vai-interferir-no-trabalho-do-ministro.ghtml>

³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/08/22/bolsonaro-diretor-geral-da-pf-e-subordinado-a-mim-nao-ao-ministro-moro.htm>



A exoneração de Valeixo da Polícia Federal não foi a primeira divergência entre Moro e Bolsonaro. Em agosto de 2019 o presidente anunciou a troca do superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro sem o conhecimento da cúpula da instituição. Neste mesmo mês afirmou que o Diretor-Geral da Polícia Federal seria subordinado a ele, e não ao Ministro Sérgio Moro⁴. Durante o Simpósio Nacional de Combate à Corrupção, realizado em Salvador no mesmo mês, delegados da Polícia Federal divulgaram uma carta onde defenderam que *“a Polícia Federal não deve ficar sujeita a declarações polêmicas em meio a demonstrações de força que possam suscitar instabilidades em um órgão de imensa relevância, cujos integrantes são técnicos, sérios, responsáveis, e conhecedores de sua missão institucional”*⁵.

A relação entre Moro e o presidente também foi abalada, segundo o jornal "O Globo"⁶, pelo fato de Moro ter pedido ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, a revisão de uma decisão que restringiu o compartilhamento de relatórios do Coaf com os Ministérios Públicos e a Polícia Federal. O movimento do Ministro teria irritado o presidente uma vez que a liminar atendia a um pedido da defesa do Senador Flávio Bolsonaro. Um relatório do COAF apontou movimentações atípicas de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga as chamadas “Fake News”, foi criada com o intuito de investigar ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018. Inúmeros veículos da imprensa tem destacado que a Polícia Federal tem avançado nas investigações que envolvem o chamado “gabinete do ódio” que seria liderado pelo vereador Carlos Bolsonaro. O gabinete do ódio é um grupo que usaria as dependências do Palácio do Planalto para promover campanhas virtuais contra adversários do governo. Segundo a revista Veja⁷, Bolsonaro teria pedido a Moro que interferisse em um inquérito que envolve Carlo Bolsonaro.

⁴ Idem.

⁵ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delegados-dizem-que-pf-nao-deve-ficar-sujeita-a-declaracoes-polemicas-em-meio-a-demonstracoes-de-forca/>

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/16/toffoli-atende-flavio-bolsonaro-e-suspende-apuracoes-com-dados-do-coaf-e-do-fisco-sem-aval-judicial.ghtml>

⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-pediu-a-moro-que-interferisse-em-inquerito-que-envolve-carlos/>



CONGRESSO NACIONAL

Por tratar-se de tema que envolve diretamente os trabalhos da presente CPMI, solicito o apoio dos/das demais Pares, com a urgência que o tema exige, para que o Sr. Sérgio Fernando Moro possa prestar depoimento.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2020.

MARCELO FREIXO

DEPUTADO FEDERAL - PSOL/RJ

DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA

DEPUTADO FEDERAL - PDT/PE



CD/20733.64679-00